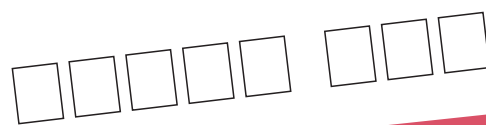


# POSTAIS

## do Conhecimento



*Caminhos da comunicação e da  
mobilização política*



Os campi que formam a Ufal, apesar de distantes no plano geográfico, mantêm uma forte relação entre si e com toda a sociedade por meio de dois instrumentos: a comunicação institucional e a mobilização política. A Assessoria de Comunicação (Ascom) e o movimento associativo, formado pela Adufal, DCE e Sintufal, são os canais pelos quais circulam, entre e além muros da Universidade, inúmeras informações e os principais anseios de alunos, professores e técnicos-administrativos. Da reivindicação por melhores condições de trabalho ao apoio dado aos movimentos sociais, da descoberta e do acontecimento à divulgação científica e cultural, tudo que acontece na instituição passa a ser compartilhado por todos, pela ação da Ascom e mobilização política dos três segmentos, simbolizados, pelo mesmo grau de importância, na escultura da artista visual Martha Araújo.



# Ascom: expansão e modernização

Márcia Rejane de Alencar\*

## Há 30 anos a comunicação da Ufal integra a sociedade ao mundo da educação

Em Alagoas, a então Coordenadoria de Comunicação da Ufal, instalada no prédio da Reitoria, na Praça Sinimbu, onde hoje funciona o Espaço Cultural Salomão de Barros Lima, foi pioneira no mercado das assessorias de comunicação na década de 80. Idealizada, estruturada e coordenada por Douglas José Costa, um geógrafo que se mostrou um bandeirante na arte de comunicar e com uma pequena equipe começou a informar a sociedade dos feitos da universidade.

De mãos dadas a esse desbravador, visando ao desenvolvimento da CCOM, destacaram-se Rosivan Wanderley de Almeida, professor de Letras e jornalista de grande competência; Cláudio Humberto Rosa e Silva, talentoso comunicador para o qual Alagoas ficou pequena; Marcos da Rocha, um advogado com talento para as artes gráficas; Ivone Santos, jornalista e historiadora; Manoel Mota, fotógrafo comprometido com a imagem da universidade; Laércio Amorim, fotógrafo experiente e dedicado.

Na década de 90, a Coordenadoria de Comunicação chega ao Campus A. C. Simões e seguindo as mudanças marcantes e desenvolvimento desse final do século no País, inicia um novo momento. Melhor espaço e investimento permitiram que a Ufal acompanhasse o crescimento e o desponte das assessorias de comunicação. Nesse contexto, as atividades da época eram o relacionamento com a imprensa, produção de informativos institucionais, tais como Agenda Universitária, Folha Semanal, Folha Universitária. Outros servidores passaram pelo setor fazendo a diferença: Luiz Gonzaga, professor e relações públicas; e os sempre atentos às rotinas administrativas Aluizio Correia, Edmilson Silva e José Barbosa.

A virada do século, chegando aos anos 2000 foi o marco do desenvolvimento da comunicação institucional da universidade. Destaque para a figura do assessor rompendo as barreiras do setor, participando das reuniões de gestão, vivenciando a vida acadêmica, enfim, estreitando o relacionamento com as assessorias das instituições e com o assessorado/reitor. A divulgação da ciência produzida na universidade ganhou destaque no informativo ComuniCampus – que passa a ser enviado para órgãos, empresas e imprensa – e na mídia alagoana, mostrando como a academia pode levar seus feitos a melhorar a vida da sociedade. Destaques das coordenações de Diana Monteiro e Simoneide Araújo, durante os oito anos da gestão de Rogério Moura Pinheiro.

Entendendo a importância da atuação da assessoria como os olhos da sociedade sobre a universidade, agora Assessoria de Comunicação é reforçada com a chegada de novos profissionais jornalistas, relações públicas e alunos bolsistas da área de Comunicação, marco do início da reitora Ana Dayse Dorea no comando. Com grande investimento em tecnologia, a assessoria mantém a Folha Universitária impressa e investe na agilidade dos meios midiáticos digitais. Assim nasce o site institucional ([www.ufal.br](http://www.ufal.br)), que passa a oferecer diversos serviços para a comunidade acadêmica, além de reservar espaço para as notícias de interesse da sociedade. Essa nova fase foi marcada pela passagem dos professores doutores Almir Guilhermino e Magnólia Rejane, à frente da assessoria, e pelo dinâmico jornalista Ronaldo Lima.

## A Ascom hoje

A visão diferenciada em relação à comunicação da gestão da reitora Ana Dayse Dorea e do vice-reitor Eurico Lôbo fomentou reforço em capacitação de seus profissionais, na organização de eventos institucionais, na comunicação interna e no investimento tecnológico. Em face da importância das mídias digitais, a universidade entra na era dos portais ([www.ufal.edu.br](http://www.ufal.edu.br)), segmentando os assuntos por categoria (Estudante, Gestor, Servidor etc) e levando seus produtos jornalísticos a serem quase todos digitais. O portal demonstra seu sucesso de aceitação com quase 500 mil acessos/mês oriundos de cerca de 80 países.

Com a expansão da Ufal para o interior, a Ascom inovou com o projeto Agentes de Comunicação, colaboradores que sugerem assuntos a serem abordados pelos profissionais da assessoria. Dessa forma, consegue-se divulgar a produção dos que não estão tão próximos geograficamente.

A assessoria, engajada nas comemorações dos 50 anos da Ufal, parte para projetos especiais: Jornal Postais do Conhecimento; Ufal Apresenta, que são folders das unidades acadêmicas; Folder Ufal 50 anos; e um vídeo institucional mostrando a universidade atualmente.

Em 30 anos de história, fica claro e marcante como a comunicação da universidade evoluiu, acompanhando o desenvolvimento das assessorias de comunicação e da tecnologia. Hoje a Ascom se encontra mais profissionalizada, interativa com a comunidade acadêmica e a sociedade, e o desenvolvimento não para por aí. É certo que muito ainda será feito e esses 50 anos devem ser a mola propulsora para muitos avanços que virão.

\*Assessora de Comunicação, 28 anos de Ascom/Ufal



Comemoração dos aniversariantes do mês na Coordenadoria de Comunicação, em 1986, ainda situada no prédio da Praça Sinimbu.



Coordenadoria de Comunicação, recém instalada no Campus A. C. Simões.



Portal [www.ufal.edu.br](http://www.ufal.edu.br) registra cerca de 500 mil acessos por mês.

## EXPEDIENTE

**Postais do Conhecimento**, com o tema **Caminhos da comunicação e da mobilização política**, é o quinto número de uma coleção comemorativa dos 50 anos da Universidade Federal de Alagoas, publicada em 2011. **Tiragem:** 10.000 exemplares

### GESTÃO

Ana Dayse Rezende Dorea - **REITORA**  
Eurico de Barros Lôbo Filho - **VICE-REITOR**

### Universidade Federal de Alagoas

**Endereço:** Campus A. C. Simões - Av. Lourival de Melo Mota, s/n. Tabuleiro do

Martins. Cep:52072-970. Maceió-AL

**Assessoria de Comunicação (Ascom):** 3214-1052

**Pró-Reitoria de Extensão (Proex):** 3214-1134

**Coordenação de Assuntos Culturais:** 3221-3122

**www.ufal.edu.br**  
**ascomufal@gmail.com**

### Coordenação Geral

Márcia Rejane Gonçalves Ferreira MTB 352/AL

### Articlistas

Agatângelo Vasconcelos  
Élcio de Gusmão Verçosa  
Laura Alencar  
Márcia Rejane de Alencar  
Maria de Fátima Albuquerque  
Ruth Vasconcelos  
Simone Cavalcante

### Edição

Simone Cavalcante  
**Projeto Gráfico**  
Jailson Albuquerque  
**Diagramação**  
Marseille Lessa  
**Revisão**  
Rose Ferreira

**Fotografia**  
Manoel Mota



Arquivo da artista

### Martha Araújo

É artista visual, formada em Pedagogia pela UFRJ, com Mestrado em Educação pela PUC. A obra da Série **Entrópicos** ficou exposta na Pinacoteca Universitária em 2002, dando prosseguimento ao trabalho de experimentação da artista.



# Esperanças e desafios de ser e viver a universidade nos tempos atuais

Ruth Vasconcelos

A Ufal, nomeada pela magnífica reitora Ana Dayse Dórea, como uma “jovem senhora cinquentona”, tem cumprido seu papel político e social nesses 50 anos de existência enfrentando, com maestria, os desafios de se fazer existir num Estado que carrega o pior índice de desenvolvimento humano (IDH) da federação brasileira. Evidentemente, essa cruel realidade interfere de forma decisiva na dinâmica educacional, que envolve milhares de estudantes, professores e técnicos, enredados numa estrutura social marcada por uma abissal concentração de renda, por profundas desigualdades e injustiças sociais que produzem muitas dores e sofrimentos à maioria da população alagoana. Essa é uma realidade que faz aumentar a responsabilidade social dessa instituição que hoje se constitui num dos principais vetores de desenvolvimento social e econômico do Estado de Alagoas.

A Ufal, que atravessou o período da ditadura militar, vendo alguns de seus professores, estudantes e técnicos serem perseguidos, mortos e desaparecidos, protagoniza hoje a construção de um novo tempo de consolidação do regime democrático, efetivando políticas de inclusão através de ações afirmativas e programas de assistência estudantil, catalisados a partir do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) existente desde 2008. Com este plano, o governo federal demonstra seu compromisso em garantir o acesso e a permanência de milhares de estudantes que não conseguiriam manter-se estudando sem o apoio institucional através de bolsa permanência, restaurante universitário, residência universitária, entre outros. Nesse sentido, avaliamos que as políticas de inclusão e assistência estudantil têm se constituído num suporte fundamental para a diminuição da evasão escolar, bem como para aumentar as possibilidades de uma formação qualificada concretizando, assim, o processo de democratização da própria universidade.

Ao longo de sua trajetória a Ufal se transformou numa instituição comprometida com os valores e os princípios democráticos, e isso se expressa no seu empenho em investir e fomentar pesquisas e atividades de extensão que produzem um conhecimento implicado e sintonizado com os problemas locais e regionais. Nesse sentido, os temas relativos aos movimentos sociais, às organizações não-governamentais, aos partidos políticos, enfim, aos problemas inerentes à sociedade alagoana fazem parte de uma ampla agenda de discussões institucionais, sendo alvo de estudo de vários grupos de pesquisa que compõem a universidade. A vocação da Ufal para o estudo dessas temáticas se reflete nas várias produções acadêmicas que acumulam um conhecimento indispensável para orientar intervenções em favor das transformações sociais que precisam acontecer no Estado de Alagoas.

Nesse sentido, a própria sociedade tem feito demandas à universidade, buscando respostas para os seus problemas, valorizando, assim, os estudos desenvolvidos nas diversas áreas de conhecimento existentes na Ufal. Importante dizer que a produção desse conhecimento só se torna possível a partir do permanente diálogo da Ufal, através de seus pesquisadores, com a sociedade. Nesse sentido, ao exercer suas atividades de pesquisa, ensino e extensão a Ufal tem-se feito presente na própria tessitura das relações que compõem a sociedade alagoana. Ou seja, ao se constituir num objeto de estudo primordial às múltiplas áreas de conhecimento, a sociedade alagoana passa a ser a própria razão de existir da Ufal enquanto uma



A lua está incrível desse lado do mundo | Pedro Lucena

instituição educacional. Não precisamos dizer que esses estudos realizados exigem aproximações e permanentes diálogos da Ufal com a sociedade, e que isso produz efeitos práticos que se reverterem positivamente na própria realidade social do Estado.

Não são poucos os estudos desenvolvidos pela Ufal que focalizam os mais variados movimentos sociais (mulheres, negros, índios, homossexuais, sem terra, sem teto, crianças e adolescentes, população em situação de rua etc), que realçam as contradições e as antinomias constitutivas do Estado de Alagoas, apontando para a necessidade de mudanças urgentes que revertam o quadro de miserabilidade circunscrito em Alagoas e na região nordestina. Nesse sentido, a Ufal tem enfrentado o desafio de ser e viver numa conjuntura extremamente complexa e contraditória; mas, ao mesmo tempo, tem aprofundado a esperança de fazer do seu conhecimento um caminho seguro de transformação da realidade em que vive.

A Ufal tem assumido a responsabilidade de formar jovens cuidando não apenas de sua qualificação profissional, mas também de sua formação enquanto

cidadãos, comprometidos com a vida e com os valores humanitários. O maior legado que a Ufal pode oferecer à sociedade alagoana é a formação de profissionais comprometidos com valores democráticos, de respeito ao outro e às diferenças. O respeito à dignidade humana pressupõe o exercício de uma “ética da responsabilidade”; e isso significa desenvolver a capacidade de compaixão e o sentimento de responsabilidade em relação ao outro pelo simples fato de ser e estar partilhando o mesmo espaço e tempo históricos. Por isso, podemos afirmar que a grande missão da Ufal é formar jovens que saibam exercer a liberdade com responsabilidade, defender a vida incondicionalmente, fazer do exercício profissional um campo de realização de uma ética humanitária. Esses são valores inegociáveis! Nesse sentido, sentimo-nos responsáveis por oferecer uma formação profissional e humanitária aos nossos jovens, buscando responder, minimamente, às expectativas sociais e institucionais depositadas nessa “jovem senhora cinquentona”. Esse é o nosso maior desafio; mas, também, é onde depositamos nossa maior esperança!





# OS TRÊS SEGMENTOS FORMADORES DA UFAL

■ Elcio Vergosa e Simone Cavalcante

As instituições que deram origem à Ufal foram, todas, resultado de uma congregação de interesses comuns de alagoanos portadores de diplomas superiores que criaram entidades mantenedoras das escolas por eles também fundadas para formar profissionais de nível superior em terras alagoanas. Assim, dos anos de 1930 até fins da década de 1970, esse foi o tipo de organização política preponderante, composta exclusivamente por docentes para cuidar dos interesses das IES, mesmo bem depois de já criada a Universidade.

Evidentemente que na atuação desses grupos dentro da Ufal, muitos de seus integrantes agiram a partir de organizações profissionais, político-partidárias ou mesmo de natureza semiformal, destacando-se, porém, sobretudo no período pós 1964, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), da qual fizeram parte, praticamente, todos os que constituíram os primeiros grupos que vieram a dirigir a Reitoria da Ufal e até muitas de suas unidades acadêmicas.

A organização política de caráter sindical a defender os interesses trabalhistas de todos os docentes somente iria se originar no final dos anos de 1970, em meio às lutas sociais contra a Ditadura, o que daria origem a uma entidade – a Adufal -, comprometida, não apenas com as questões corporativas, mas engajada também nas lutas por uma educação democrática, cuja construção implicava uma revisão de toda a sociedade.

Desse modo, no que pese a legitimidade da luta por melhores condições de trabalho e por salários dignos, os docentes da Ufal, desde a criação de sua entidade até os dias atuais, assumiram lutas sociais memoráveis – pontuadas de greves históricas articuladas pela Andes, sua entidade máxima - como as que reivindicavam Anistia ampla, geral e irrestrita para os condenados pelo regime Militar; também exigiram Eleições Diretas, com um novo pacto social via Constituinte e um Estado democrático que garantisse uma educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada para todos em todos os níveis, sem esquecer de exigirem carreira e salários dignos.

A organização dos servidores, por sua vez, percorre uma trajetória bastante singular: nascida das mãos da Reitoria, na primeira metade dos anos de 1970, quando a administração superior da Ufal avançava no seu afã de tudo controlar, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Alagoas – Assufal – seria instituída como um órgão de apoio social aos servidores, tendo um caráter mais assistencialista. Um dos frutos desse modo de atuação foi a criação do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) que tinha como função principal ser um espaço de ensino e lazer para os filhos de servidores técnicos, professores e pessoas ligadas ao entorno da universidade.

Assim seguirá até que, nos anos de 1980, com o acirramento dos confrontos entre docentes, discentes e o MEC, a associação assumiria, também, a defesa de seus filiados e da própria sociedade, liderando mobilizações e greves, contando para isso com o apoio da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras – Fasubra. Tentando, na esteira das lutas travadas no Estado, constituir-se em entidade sindical mais geral, a associação terminaria por se constituir em Sindicato dos Trabalhadores da Universidade – Sintufal.

Em vários momentos, a Adufal, o Sintufal e o DCE caminharam juntos em mobilizações contra os desmantelamentos das universidades públicas. Um dos períodos políticos onde essas mobilizações se deram de forma mais intensa foi na chamada era FHC, quando a política neoliberal do Presidente Fernando Henrique Cardoso provocou uma onda de privatizações e de contenção de investimentos nas instituições públicas. Contra o achatamento salarial, a limitação de recursos orçamentários e o não lançamento de editais para contratação de novos profissionais para seu quadro funcional, professores, técnicos e alunos deram as mãos em caminhadas que extravasaram os muros da universidade e foram às ruas, encontrando ressonância em outros movimentos políticos e sociais. Algumas dessas manifestações foram emblemáticas, como a que se deu em 2001 no Centro de Maceió.



# O movimento estudantil em quatro atos



Grande passeata pela Anistia, 1979, Rua da Alegria, defronte ao antigo Jornal de Alagoas. Jaredo Viana, José Verres Domingues, Sérgio Barroso, Nô Pedrosa (lendo), Eduardo Bomfim, José Gentil Malta Marques (mais atrás), Marcelino Máximo, Renan Calheiros (que décadas depois seria Ministro da Justiça), Enio Lins, presidente do DCE/UFAL, discursando)

Já em relação à história de organização e mobilização política dos estudantes da Ufal tudo foi bastante diferente. Por conta de uma organização já presente entre os secundaristas, quando surge a leva de faculdades nos anos de 1950, os estudantes dessa década, a exemplo do que já ocorria com o curso de Direito, que vem dos anos de 1930, logo vão criar seus centros acadêmicos e uma entidade estadual – a União Estadual dos Estudantes Universitários (UEEA) para congregá-los. Se essa entidade geral não conseguiu jamais unanimidade, por conta das particularidades político-ideológicas – mais que legítimas – de seus filiados, no entanto, pelo que se pode concluir de documentos da época e dos depoimentos dos que viveram aquela fase, lograram unidade em torno de temas importantes para a categoria, como a luta pela criação de uma universidade em Alagoas.

Valendo-se de mobilizações, jornais, panfletos, expressões artísticas, trotes, e greves, o movimento estudantil universitário entre nós apresenta, desde sua origem, pelo menos quatro momentos bem distintos e que merecem ser demarcados. No primeiro momento, os estudantes organizados assumem o encargo de lutar por uma estrutura mínima de organização acadêmica, enquanto agiam tenazmente pela criação de um ente universitário que congregasse as IES em que estudavam. Aí, as lutas contaram com o protagonismo dos estudantes de Medicina, de Direito e de Engenharia, sob a liderança da UEEA e da UNE, e o apoio de integrantes das demais faculdades, cujas organizações tinham menor peso. Vale ressaltar dois fatos históricos, ambos ocorridos em 1962, que foram a Greve de um Terço e a organização do I Seminário de Assuntos Universitários, promovido pelo Diretório Central do Estudantes, do qual resultou um documento intitulado Declaração de Palmeira dos Índios.

O segundo momento, que vai coincidir com uma forte ebulição política da sociedade e que, no plano nacional, resultaria na imposição do Regime autoritário de 1964 e na sua brutalização, em 1968, representará uma fase denominada por Alberto Saldanha de “mitológica”, tal o idealismo e o desprendimento de muitos discentes na luta contra o avanço do conservadorismo e a consolidação do atraso político ainda bem vivos no país e, em especial, em Alagoas. Nesse momento, mesmo não integrando a Ufal, as estudantes de Serviço Social iriam juntar-se ao conjunto dos discentes da

Universidade, cujos coletivos estudantes da área de humanas assumiriam, também, expressão. A essa altura, retaliação, suspensão de direitos estudantis, sequestros, perda de liberdade e clandestinidade, iriam culminar em assassinato, na pessoa do estudante de Medicina Manoel Lisboa.

Neste momento, a repressão não é mais exceção. Perdendo sua autonomia formal, por meio do enquadramento no Decreto 477 e na submissão das entidades à Reitoria, nem mesmo assim os estudantes vão se dobrar. Estamos já nos primeiros anos da década de 1970, em que o Governo da Ufal, por ordem dos ditadores de plantão, vigiariam discentes e docentes, enquanto buscavam submeter aos ditames da instituição até as formas de expressão artística e cultural, como o Corufal, o TUA e tudo o mais que pudesse produzir um discurso que fosse expressão da autonomia e do livre pensar. Na primeira metade dos anos de 1970, docentes e intelectuais seriam perseguidos por apoiarem, ainda que de forma subterrânea, as mobilizações estudantis. A ação dos docentes, porém, seria ainda expressão de sua filiação política ou ideológica externa à Universidade, já que dentro dela o clima era na base do “vigiar e punir”. Data desse período a publicação de um periódico intitulado Boca do Estudante que reunia o DCE, os Diretórios Acadêmicos (DAs) e as Coordenadorias Acadêmicas (CAs).

O terceiro momento iria se expressar por meio da reorganização livre do movimento estudantil, no rastro das frentes de luta pelo desmantelamento da Ditadura e que se estenderiam até os anos que sucedem à promulgação da Constituição de 1988. Entre os muitos movimentos sociais que irão contribuir para a chamada “abertura lenta e gradual”, teve destaque, em Alagoas, a movimentação da comunidade da Ufal, por meio, primeiro, da reorganização livre do movimento estudantil, a partir de 1978, e, em seguida, com a mobilização e organização dos docentes (1979) e dos servidores técnico-administrativos, que redirecionam a Assufal, de uma postura meramente assistencial, desde sua criação, em 1972, para o engajamento em lutas de caráter mais político a partir, sobretudo, dos movimentos de 1984 e 1987, até sua transformação em sindicato: primeiro Sinteseal (1990) e, depois, Sintufal (1995).

Essa será a fase em que o movimento estudantil teve maior participação nas lutas do conjunto de toda a

sociedade alagoana, sem que fossem esquecidas aquelas por uma universidade mais qualificada, aberta e comprometida com a sociedade. Desde o enfrentamento por liberdade de expressão em cerimônias de formaturas, mobilizações e passeatas, até o uso do teatro como instrumento de batalha, os jovens dessa geração dariam um exemplo de cidadania para toda a sociedade de Alagoas.

Da segunda metade dos anos de 1990 para cá, o movimento estudantil vive sua quarta fase, que, a exemplo da maioria dos movimentos sociais, parece buscar uma identidade e hegemonia no interior até da própria Ufal. Dois fatores que, talvez, contribuam para entender esse novo momento sejam a ampliação da população discente, que hoje forma um público de aproximadamente 26.000 estudantes, e sua distribuição descentralizada para o interior, por meio das unidades acadêmicas de Viçosa, Penedo, Palmeira dos Índios e os campus de Arapiraca e do Sertão.

Diferente dos anos 70 e 80, quando o processo de eleição para representante do DCE era dividido pelas três áreas do conhecimento (Exatas, Humanas e Naturais) e se dava apenas no Campus A. C. Simões, atualmente, existe apenas uma diretoria escolhida para representar as reivindicações levantadas nos três campi. O processo de escolha dessa diretoria se dá anualmente, com a concorrência de diferentes chapas. Os 50 membros do DCE estão distribuídos da seguinte forma: 35 na Diretoria Executiva e 15 nas Diretorias Ampliadas (cinco em cada campus). Do ano passado para cá, o fato novo no pleito foi a incorporação proporcional na diretoria de pessoas ligadas às chapas que não obtiveram êxito.

Na última década, o DCE participou de algumas mobilizações no contexto da política acadêmica, a exemplo do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (Reuni), que se deu num clima de muita polêmica. Uma das mais recentes manifestações foi a defesa pública, em 2011, de uma carta aberta com 50 reivindicações, numa reunião que contou com a reitora Ana Dayse Dorea e o Ministério Público Federal.

Para tantas empreitadas com que se defronta a Universidade Federal de Alagoas, evidentemente, impõe-se a presença de vontades abertas ao diálogo, ainda que acirrado e baseado no confronto, e à colaboração para o bem comum; entendendo, como os que lhe deram origem e a mantiveram viva e cheia de entusiasmo, que a Ufal é uma obra coletiva que foi, é e continuará sendo, dentre todas as instituições públicas e privadas que temos, o maior patrimônio coletivo a serviço da gente alagoana.



# O movimento estudantil nos primórdios da Ufal

Agatângelo Vasconcelos\*

Quando a Universidade Federal de Alagoas foi criada no dia 26 de janeiro de 1961, havia no Brasil e em particular em nosso Estado, um intenso e representativo Movimento Estudantil com o qual a recém-criada instituição conviveu e interagiu. A União Estadual dos Estudantes de Alagoas (UEEA), ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE), congregava as aspirações dos estudantes universitários, enquanto a União dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (UESA), vinculada à União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), o fazia quanto aos que ainda não haviam alcançado o Ensino Superior, mas não existia interação significativa entre as duas entidades. A UNE, após algumas administrações definidas como direitistas, tinha como presidente Aldo Arantes, integrante da Ação Popular (AP), movimento surgido em 1962 ao definir a sua linha política e estabelecer-se como uma dissidência da Juventude Universitária Católica (JUC) em relação à hierarquia da Igreja Católica, tida como demasiado conservadora pelos líderes estudantis. [...] Entre nós, seguindo a mesma sequência, tivemos como dirigentes da UEEA (chamada de “Entidade Máxima dos Universitários Alagoanos”) Adalberto Câmara, Agatângelo Vasconcelos, José Gonçalves Sobrinho e Ogelson Gama. [...] Em Alagoas, predominavam na política estudantil dois grupos: um com ideologia que o aproximava do “Grupão” (assim era designada a AP em suas fases iniciais) e outro próximo ao Partido Comunista Brasileiro, o PCB [...].

Todos eram jovens idealistas impulsionados pelas bandeiras libertárias do momento. Ninguém aceitava a pecha de “direitista”, visto que, usando o linguajar da ocasião, isso equivaleria a ser considerado como “alienado” ou, pior ainda, como “entreguista”. Aceitava-se a designação de militante “centro-esquerdista”, até mesmo de “centrista”; se alguém de fato era “direitista”, não assumia o seu direcionamento ideológico para não vir a ser estigmatizado dentro do Movimento Estudantil. Defendia-se uma ação nacionalista, lutava-se contra o imperialismo econômico, buscava-se a ampliação dos espaços democráticos em todos os níveis sociais, inclusive no sistema universitário brasileiro e na recém-fundada Ufal.



Delegação alagoana no XXV Congresso Nacional dos Estudantes, em julho de 1962. Alguns estudantes presentes na comitiva: Audálio Cândido dos Santos, Gerson Ferreira, Mac Dowel, José Alves de Oliveira, Roberto Mafra, Leopoldo Fragoso, José Gonçalves Sobrinho, Yeda Cavalcante de Lima, Maria Heliane Barros Coelho, Walter Pitombo Laranjeira (Toroca), Mário Humberto Lima (Betuca), Ogelson Ferreira Gama, Rinaldo Costa Lima, José Costa Lima, Maria Gavazza, Hélio de Amorim Miranda, Agatângelo Vasconcelos, entre outros)

(Engenharia), enquanto a UEEA editava o boletim “Atualidades que interessam aos universitários” e o DCE, o periódico O Novo Sol. Era o Movimento Estudantil tão sólido entre nós que nos anos que antecederam a abril de 1964, conseguiu colocar na disputadíssima Diretoria da UNE dois dos nossos contrerrôneos: Roberto Mafra e Jurandir Bóia [...].

Antes da greve [para a fusão das duas faculdades de Odontologia, na luta para criação da Ufal], os estudantes alagoanos apoiaram em março de 1960 uma greve de caráter nacional, com sete dias de duração, em repúdio a uma agressão que teria sido praticada contra o presidente da UNE, na capital federal. No dia 11 de agosto de 1960, ou seja, na data em que era comemorado o Dia Nacional do Estudante, no salão nobre da Faculdade de Medicina de Alagoas, teve lugar uma grande reunião promovida pela UEEA então presidida pelo estudante de Engenharia Adalberto Câmara (observemos que o líder estudantil agora citado presidia a UEEA e não o DCE, pois este ainda não fora criado, o que só ocorreria em 1962 ao empossar o seu primeiro presidente, Rinaldo Costa Lima, no dia 21 de fevereiro) [...].

Em julho de 1962, as lideranças estudantis decidem deflagrar a Greve de um Terço, movimento que paralisou as atividades discentes na Ufal por cerca de três meses. [...] Durante tal greve chegou a haver a ocupação da Faculdade de Filosofia após um professor tentar quebrar a greve trazendo duas alunas para fazerem prova. Acirraram-se os ânimos e autoridades educacionais teriam sido impedidas de entrar no recinto, sendo necessária a intermediação pessoal do Vice-governador Teotônio Vilela para apaziguar a situação. [...] Em 1962, a UEEA promoveu o I Seminário Alagoano de Imprensa Universitária, na cidade de Santana do Ipanema; no mesmo ano, o DCE realizou um Seminário de Assuntos Universitários, em Palmeira dos Índios, daí tirando a “Declaração de Palmeira dos Índios” [...].

Outro movimento que empolgou os discentes nos primeiros tempos da Ufal diz respeito à efetivação, sem concurso, nos quadros da Universidade, de professores que integravam as faculdades pré-existentes. Especificamente, havia um questionamento quanto ao que seria auxiliar técnico e auxiliar de ensino, com implicações que levavam à dispensa do concurso público. Em consequência, foi lançado um “movimento de descrédito” quanto à capacidade profissional dos que se eximiriam do concurso; contudo, como lembra Audálio Cândido dos Santos, líder estudantil de então, concordou-se em arrefecer a discordância levando-se em conta o

objetivo maior a ser alcançado, qual seja, a consolidação da novel Universidade Federal de Alagoas. Aliás, tão logo o Magnífico Reitor A. C. Simões, empossado em Brasília no dia 11 de outubro de 1961, regressou a Maceió, foi ele recepcionado no dia 25 do mesmo mês na sede da UEEA pelos reconhecidos universitários locais. Impressionado com as carências financeiras da entidade, no ano seguinte o Reitor saldou dívidas contraídas para a manutenção do Restaurante Universitário.

A instalação da Ufal aconteceu no salão nobre da Faculdade de Medicina. Estavam presentes as nossas autoridades universitárias, um representante do Ministro da Educação, autoridades eclesiais, professores e alunos. O professor Nabuco Lopes falou pelos docentes e Luiz Nogueira Barros pelos discentes. Em seu contundente discurso, o estudante de Medicina analisou o Ensino Superior no Brasil, havendo desagradado aos setores ligados à Igreja, bem como aos conservadores em geral.

Quanto às ações assistencialistas, a UEEA, com a ajuda de verbas públicas, mantinha a duras penas um muito frequentado Restaurante Universitário, em sua própria sede, bem como a Casa do Estudante Universitário (CAEU). Para abrigar as jovens estudantes criou, em 1961, a Residência Universitária Feminina de Alagoas, a RUFA. Quanto ao aspecto recreativo existia, ligado à UEEA, o Clube do Estudante Universitário (CEU), que promovia encontros dançantes semanais, inclusive camavalescos. “Vamos ao Céu!” era o seu lema. Vale lembrar que, somente em 1966, a Ufal assumiu e ampliou esta rede assistencial instalando o Restaurante Universitário e a Residência Universitária Masculina (RUMA). O Lar da Universitária Alagoana (LUA) foi instalado aproximadamente na mesma ocasião. Ressalteemos, tais providências eram absolutamente necessárias, pois com o advento do regime militar fora a UEEA desativada. Portanto, não mais existiam os seus órgãos assistenciais, além do clube recreativo mencionado.

Embora nem sempre tão coeso quanto fora desejável, o Movimento Estudantil alagoano, nos primórdios da Ufal, como vimos, era muito presente. Não desejamos apresentar a imagem de um Movimento Estudantil triunfante: aconteceram erros por ações e omissões, objetivos não foram alcançados, aconteceram acomodamentos etc. Entretanto, ele mobilizou as questões locais, participou articuladamente das lutas no cenário nacional e esteve presente aos grandes encontros estudantis, em diferentes Estados brasileiros.

Terá contribuído, ao seu modo, para a implantação, o desenvolvimento e a democratização do Ensino Superior entre nós.

\* Ex-estudante de Medicina da Ufal, médico-psiquiatra. Texto publicado no livro Universidade Federal de Alagoas – o livro dos 50 anos.



Assim, em seus primórdios, a Universidade teve que acatar a existência e interatuar, nem sempre de maneira fácil, com um combativo Movimento Estudantil pleno de reivindicações, greves, congressos, seminários e até editando pequenos, porém atuantes periódicos, pois cada Diretório Acadêmico publicava o seu “órgão oficial”, embora de restrita divulgação, a exemplo de A voz do Direito, de O clínico e de O prisma



# Assufal: primeira organização dos técnicos-administrativos

Laura Alencar\*

Fundada na década de 1970, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de Alagoas, que foi o embrião do Sintufal, teve como seu primeiro presidente o então Secretário do Departamento de Odontologia, o Técnico em Administração Modesto Pereira Ribeiro, indicado pelo então reitor, professor Nabuco Lopes, também General da reserva do Exército Brasileiro.

É que a criação da associação tinha sido idealizada pelo Reitor Nabuco Lopes, com o duplo objetivo de promover o conagraçamento social dos servidores técnico-administrativos da Universidade e de preencher a função de agremiação de ajuda mútua, sob as vistas dos gestores e o controle das normas que então regulavam a vida da Universidade. Tanto foi assim que nos estatutos que lhe deram origem constavam várias restrições, tais como a proibição de discussão dos direitos trabalhistas do servidor, o debate de temas de natureza política ou religiosa, que eram proibições da época política em que a Assufal foi criada.

Somente na década de 1980, com o reinício dos enfrentamentos políticos no seio da sociedade brasileira e alagoana, deu-se o despertar dos trabalhadores, inclusive das universidades públicas brasileiras, em defesa dos seus direitos trabalhistas. Contávamos já, em âmbito nacional, com a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra), fundada em 19 de dezembro de 1978, que iria dar, na década seguinte, grande força de associação e de reivindicação, inclusive entre nós, servidores da Ufal.



Assembleia decide o fim da greve dos 84 dias, uma das mais longas da história da Ufal. Na mesa, além da presença do reitor Fernando Gama, acompanhado de Laura Alencar, presidente da Assufal, vê-se, em primeiro plano, Antônio Colatino



Na mesa, presidindo a assembleia, Marcelo Lavenère, professor da Ufal e presidente da OAB. À esquerda, ao microfone, Amundson Portela, presidente da Adufal, gestão 1983-1985

Era o Governo do Presidente-General João Figueiredo. Iniciada a chamada abertura política, começávamos a sair de um regime ditatorial e, com o despertar da luta pela democracia em toda a Nação Brasileira, surgiam, também, as primeiras greves, inclusive nas universidades.

A princípio, as mobilizações se davam sem grande participação, porque predominavam o medo e a insegurança, já que era proibido aos servidores públicos fazerem greve. Finalmente, em 1984, tivemos uma greve de grande dimensão nacional, que durou 84 dias. Em conjunto com professores e estudantes – sob o comando da ANDES e da UNE –, os servidores administrativos, com a coordenação e o incentivo nacional da Fasubra avançaram também nas suas

reivindicações. A adesão dos servidores à greve se deveu, ainda que não de forma total, inclusive em Alagoas, aos baixíssimos salários pagos na época.

Em suas lutas próprias da categoria, a Assufal, no contexto de sua entidade nacional, avançou ainda mais, por volta de 1986, na defesa da Universidade Pública, unindo-se às outras entidades universitárias no debate empreendido pela Fasubra sobre Reforma Universitária, a manutenção e a ampliação do Ensino Público e Gratuito. Frente ao Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), criado pelo governo para promover a reforma das IFES, o movimento dos/as técnico-administrativos/as em educação entrou em greve, saindo vencedor no embate o movimento unitário das entidades, já que o anteprojeto governamental foi retirado de pauta para não mais voltar.

Em 1987, por pressão do Movimento dos Servidores, do qual fazia parte a Assufal, foi implantado o Plano Único de Classificação e Reestruturação de Cargos e Empregos (PUCRCE). A principal reivindicação era o Plano de Cargos e Salários, já que um número considerável de servidores do nível médio, da classe inicial, recebia menos do que o salário mínimo. Em razão de proibição constitucional, havia pelo Governo uma complementação salarial nivelando estes salários ao salário mínimo. Com isso, o estímulo pela luta fez o movimento ainda mais forte.

Das muitas conquistas assistenciais da Assufal, destacamos a criação da Creche Sementes do Amanhã, que iniciou o seu funcionamento em casa alugada pela Assufal, localizada na Rua do Imperador, no Centro de Maceió, nas proximidades da Reitoria, que funcionava ainda na Praça Sinimbu. Posteriormente, a Associação conseguiu novo espaço para seu funcionamento, no prédio da antiga Reitoria, até seu lugar definitivo, no Campus A.C. Simões, onde permanece como Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI). Foi na gestão da professora Delza Leite Góes Gitaí que a Ufal assumiu, regimentalmente, a responsabilidade administrativa e financeira pela creche que muitos serviços tem prestado, até hoje, aos docentes, discentes e servidores da Ufal que necessitam de um atendimento profissional integral e qualificado aos seus filhos e filhas enquanto dão sua contribuição à Universidade para o seu permanente desenvolvimento.

\* Uma das dirigentes da Assufal e primeira técnica a assumir um cargo no primeiro escalão da Reitoria. Texto publicado no livro Universidade Federal de Alagoas – o livro dos 50 anos.



Refeitório do NDI em 1996



# Os docentes organizados foram à luta

Maria de Fátima Machado de Albuquerque\*



Passeata no Centro da cidade realizada em 1984, uma das manifestações que contribuiriam para o movimento de abertura da Universidade

Os docentes do ensino superior, que começaram a existir com regularidade desde os anos de 1930, ficaram sem qualquer entidade representativa até fins dos anos de 1970, quando as lutas pelas liberdades democráticas e pelos direitos passaram a se intensificar no Estado. Contando com integrantes imersos individualmente em lutas políticas e sociais nos campos conservador e democrático – naqueles mais do que neste –, os docentes da Ufal terminaram sendo protagonistas, inclusive em âmbito nacional, da organização da categoria, contribuindo para criar e fazer funcionar a Associação Nacional dos Docentes da Educação Superior (ANDES), enquanto construíam e faziam atuante a Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas (Adufal). A nossa organização nasce como associação porque naquele tempo – antes da Constituição Federal de 1988 – os servidores públicos estavam proibidos, por lei, de se unirem em sindicatos.

Assim que ingressei na Ufal, em começos dos anos de 1980, logo testemunhei os primeiros anos da organização dos docentes da educação superior para a luta conjunta. Como professora, qual não foi minha satisfação, pois, de ver se juntarem à luta nacional por direitos e por democracia, docentes da velha e da nova geração, como Renato Gama, Gilberto de Macedo, José Bento, Marcelo Lavenère, aos quais se uniriam docentes recém-ingressados na Ufal, como Lenilda Austrilino, Elcio Verçosa, Izabel Brandão, Carlos Henrique Falcão, Antônio Carlos, Amundson Portela, Luiz Henrique Cavalcante, eu e tantos outros, como José de Souza Leão, Erinalva Medeiros, Regina Lins, Leonardo Bittencourt, Verônica Robalinho, Geraldo Faria, Eliane Aragão, Pedro Nelson Ribeiro e assim por diante.



O movimento unificado - Adufal, DCE e Sintufal na greve de 1998, realizada na Rua do Comércio - Centro

Como protagonista da história de nossa entidade, fui testemunha, por exemplo, da visita inesquecível do docente da UFRJ, José Pinguelli Rosa – hoje físico renomado no país e no exterior – no seu périplo de norte a sul do país, fortalecendo as recém-criadas entidades dos docentes das IFES, enquanto trabalhava para a consolidação da recém-fundada Associação Nacional. Parecia que o velho mito renascia com a colaboração de muitos que tinham, na juventude, afrontado o arbítrio e as políticas antinacionais e que, então, com os democratas da velha guarda da Ufal, buscavam contribuir para a construção de novos tempos.

A ação da Adufal, de fato, desde sua criação em 1979, a partir das lutas imediatas por respeito aos docentes em relação às condições salariais e de trabalho e por uma carreira digna, logo se articulou com os embates travados pelo movimento estudantil que reconstruía sua organização autônoma e com as entidades democráticas da sociedade civil organizada, avançou e, a partir da conquista da anistia, travou batalhas memoráveis como as “Diretas Já” e pela democratização do poder no interior da Ufal, unindo-se aos companheiros da Assufal, enquanto fazia cair por terra a maior barreira que lhe era imposta – o temor de muitos docentes de se integrar ao movimento, sobretudo quando deflagradas as greves nacionais por carreira e salário e por uma universidade adequadamente financiada pelo Poder Público.

A existência e ação da Adufal foram fundamentais para a construção do sentimento de pertença, tão importante para a formação da nossa identidade de educadores universitários.

Da história da Adufal – hoje seção sindical – nunca esteve ausente a luta por políticas educacionais que garantissem universidade pública e gratuita, sempre mais ampliada para as mais diversas camadas da sociedade brasileira. Às lutas da Adufal, que sempre atuou pedagogicamente no campo político – ensinando aos docentes e aos discentes de Alagoas, em todos os níveis, novas lições – deve-se, hoje, por exemplo, a estrutura da carreira docente que temos – tão duramente reivindicada e, finalmente, conquistada na vitoriosa greve de 1987, de que tive a honra de participar, em Alagoas, como membro da entidade. A história de luta da Adufal tem que ser creditada, igualmente, a valorização do mérito acadêmico, pelo reconhecimento da titulação, tanto quanto a afirmação de que o trabalho docente não pode ser precarizado, sob pena de se aviltar a atividade acadêmica.

Por isso, quando a Ufal completa seus 50 anos, cabe uma homenagem especial àqueles e àqueles que dispenderam boa parte de seu precioso tempo para cuidar

dos interesses corporativos dos companheiros e das companheiras docentes, sem descuidar dos interesses gerais da sociedade brasileira e alagoana, até porque sempre entenderam estarem essas dimensões intrinsecamente articuladas. Nossos louvores, pois, a quem liderou todas as diretorias da Adufal, como seus presidentes, começando por Renato Gama, Marcelo Lavenère, José Bento e avançando com Carlos Henrique Falcão, Amundson Portela, Elcio Verçosa, Radjalma Cavalcante, Antônio Carlos Marques, Luís Henrique de Oliveira Cavalcante, Taís Normande, Antônio Passos, Eliézio Amorim, Alba Correia, Edna Bertoldo e Cida Oliveira.

Hoje é possível afirmar, sem medo de incidir em erro, que a Adufal sempre foi o paradigma de uma organização que pode ser legitimamente corporativa, porque jamais esqueceu de, em assim sendo, fazer-se igualmente responsável pelos interesses de toda a sociedade em que se encontra inserida.

\* Professora de Saúde Pública e ex-Secretária da Adufal. Texto publicado no livro Universidade Federal de Alagoas – o livro dos 50 anos.



Edição publicada em 1999 em homenagem aos alagoanos perseguidos pelo regime da Ditadura